MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 162/2000

Por ordem superior se torna público que o Reino Unido retirou as seguintes reservas à Convenção Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, aberta à assinatura em Estrasburgo a 8 de Novembro de 1990.

«Withdrawal of reservation contained in a letter from the Permanent Representative of the United Kingdom, dated 16 June 1999, registered at the Secretariat General on 18 June 1999 — or. Engl.

In accordance with article 40, paragraph 2, of the Convention, the reservation in respect of the Isle of Man to article 6, made upon extension, is hereby withdrawn.»

A tradução é a seguinte:

«Retira da de reserva constante de uma carta do Representante Permanente do Reino Unido, datada de 16 de Junho de 1999, registada no Secretariado-Geral a 18 de Junho de 1999 — original inglês.

Em conformidade com o artigo 40.º, n.º 2, da Convenção, a reserva ao artigo 6.º relativa à ilha de Man, formulada por ocasião do alargamento, é aqui retirada.»

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 70/97, de 13 de Dezembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 73/97, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 19 de Outubro de 1998.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 163/2000

Por ordem superior se torna público que a Lituânia ratificou, em 8 de Julho de 1999, com entrada em vigor a 1 de Agosto de 1999, o Protocolo n.º 6 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais Relativo à Abolição da Pena de Morte, conforme alterada pelo Protocolo n.º 11.

Portugal é parte do mesmo Protocolo, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/86, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129, de 6 de Junho de 1986, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 2 de Outubro de 1986, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 258, de 8 de Novembro de 1986.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 164/2000

Por ordem superior se torna público que a Itália ratificou, em 1 de Outubro de 1997, com entrada em vigor a 1 de Novembro de 1998, o Protocolo n.º 11 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais Relativo à Reestruturação do Mecanismo de Controlo Estabelecido pela Convenção, aberto à assinatura em Estrasburgo a 11 de Maio de 1994.

Portugal é parte do mesmo Protocolo, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 21/97 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20/97, de 3 de Maio, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 1997.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 165/2000

Por ordem superior se torna público que a Croácia ratificou, em 5 de Novembro de 1997, com entrada em vigor a 1 de Novembro de 1998, o Protocolo n.º 11 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais Relativo à Reestruturação do Mecanismo de Controlo Estabelecido pela Convenção, aberto à assinatura em Estrasburgo a 11 de Maio de 1994.

Portugal é parte do mesmo Protocolo, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 21/97, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20/97, de 3 de Maio, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 1997.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 13 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 166/2000

Por ordem superior se torna público que a Roménia apresentou as seguintes declarações à Convenção Relativa à Transferência de Pessoas Condenadas, aberta à assinatura em Estrasburgo a 21 de Março de 1983:

«Declarations contained in a letter from the Permanent Representative of Romania, dated 23 October 1997, registered at the Secretariat-General on 24 October 1997, hereafter annexed — original French:

“In pursuance of article 3, paragraph 4, of the Convention, the term ‘national’ means the citizen of the administering State [see article 3, paragraph 1.a) and article 6, paragraph 1.a)] or the citizen of the State of transit [see article 16, paragraph 2.a)].

In pursuance of article 17, paragraph 3, the requests for transfer and supporting documents shall be accompanied by a translation into Romanian or into one of the official languages of the Council of Europe.”»

A tradução é a seguinte:

«Declarações constantes de uma carta do Representante Permanente da Roménia, de 23 de Outubro de 1997, registada no Secretariado-Geral a 24 de Outubro de 1997, que se encontra em anexo — original francês:

“Em conformidade com o artigo 3.º, n.º 4, da Convenção, o termo ‘nacional’ designa o cidadão do Estado

de execução [v. artigos 3.º, n.º 1, alínea a), e 6.º, n.º 1, alínea a)], ou o cidadão do Estado de trânsito [v. artigo 16.º, n.º 2, alínea a)].

Em conformidade com o artigo 17.º, n.º 3, os pedidos de transferência e os documentos de apoio serão acompanhados de uma tradução na língua romena ou numa das línguas oficiais do Conselho da Europa”.»

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 8/93 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 8/93, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 92, de 20 de Abril de 1993, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 28 de Junho de 1993.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 19 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 167/2000

Por ordem superior se torna público que a Geórgia ratificou, em 20 de Maio de 1999, com entrada em vigor a 20 de Maio de 1999, a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, conforme alterada pelo Protocolo n.º 11, aberta à assinatura em Roma a 4 de Novembro de 1950.

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Lei da Assembleia da República n.º 65/78, de 13 de Outubro, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 236, de 13 de Outubro de 1978, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 9 de Novembro de 1978, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 1, de 2 de Janeiro de 1979.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 19 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 186/2000

de 11 de Agosto

Atendendo à natureza das intervenções previstas no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa POLIS, para a zona de Viana do Castelo, cujas orientações gerais foram consagradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, bem como a necessidade de se garantir, em virtude da dimensão, complexidade e especificidade das acções a serem desenvolvidas, uma execução coordenada, com recurso a uma articulação dos diferentes interesses envolvidos, torna-se necessário constituir uma entidade específica para a concretização do projecto.

Recorrendo à experiência bem sucedida que constituiu a iniciativa da Exposição Mundial de Lisboa, EXPO 98, no âmbito da qual se procedeu a uma requalificação e reordenação urbana de grande significado

na cidade de Lisboa, para a qual muito contribuíram os esforços coordenados da administração central e dos municípios de Lisboa e de Loures e a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos constituída para a gestão e reorganização do espaço urbano, considera-se que modelo semelhante deve ser adoptado para a realização das intervenções programadas ao abrigo do Programa POLIS.

Atentas estas razões, pretende-se constituir uma sociedade comercial, com a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em cujo capital social participarão o Estado e o município de Viana do Castelo.

Assinalados estes objectivos, surge como relevante a possibilidade de contar com a colaboração de entidades com experiência e conhecimento relevantes no âmbito de intervenções de requalificação e reordenamento de espaço urbano, designadamente na elaboração ou concepção dos planos de urbanização e de pormenor subjacentes à intervenção a realizar, ou na designação e coordenação das entidades encarregadas da elaboração dos mesmos, bem como na coordenação de procedimentos e concursos destinados à execução de trabalhos e obras ou prestação de serviços, sem prejuízo da autonomia contratual de que se encontra dotada a sociedade constituída pelo presente diploma.

A solução contemplada visa potenciar, através do Gabinete Coordenador do Programa POLIS, o conhecimento e a experiência reflectidos nas conclusões do grupo de trabalho do Programa POLIS, com vista à adequação de soluções a adoptar no quadro do presente diploma.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — É constituída a sociedade VianaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por VianaPolis.

2 — A Sociedade rege-se pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, pelo presente diploma e pelos seus estatutos.

3 — A VianaPolis tem por objecto a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção de Viana do Castelo, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa POLIS, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

Artigo 2.º

Procedimento

1 — As intervenções a realizar pela VianaPolis no âmbito de actividades definido pelo artigo anterior estão subordinadas à elaboração de um plano estratégico, a